UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO- UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

EMELY CHRISTINE SULINO DE MELO

ROMPENDO AS BARREIRAS DA CANA-DE-AÇUCAR: RESISTÊNCIA AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III , SÃO LOURENÇO DA MATA E PAUDALHO- PE.

PERNAMBUCO, RECIFE
2018

Emely Christine Sulino De Melo

ROMPENDO AS BARREIRAS DA CANA-DE-AÇUCAR: RESISTÊNCIA AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III, SÃO LOURENÇO DA MATA E PAUDALHO- PE.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Dr.ª Mônica Cox Pereira

RECIFE
2018

EMELY CHRISTINE SULINO DE MELO

ROMPENDO AS BARREIRAS DA CANA-DE-AÇUCAR: RESISTÊNCIA AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III, SÃO LOURENÇO DA MATA E PAUDALHO- PE.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof.ª Dr.ª Mônica Cox de Britto Pereira
Professora do Departamento de Ciências Geográficas – UFPE

_____

Prof.º M. José Plácido da Silva Junior

_____

Prof.ª M. Claudemir Martins Cosme
Professor do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas

Recife, 09 de janeiro de 2018

Dedico este trabalho a todos assentados e assentadas do Chico Mendes III. Gratidão aos companheiros e companheiras que me provaram que eu nunca estou sozinha nessa longa caminhada da vida.

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer primeiramente a Miriam Martins (in memoriam) por ter sido uma das pessoas que mais me incentivaram a chegar onde estou. Todo seu esforço, honestidade e simplicidade é minha maior inspiração de vida e agradeço todos os dias por ter tido a sorte de ser sua sobrinha. Gratidão por ter compartilhado 20 anos de sua vida ao meu lado, há um pedaço seu em mim que nunca terá fim.

Meu muitíssimo obrigado à minha família que com todo incentivo e carinho, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Em especial ao meu pai Edilson Ferreira e minha mãe Maria José por toda força de vontade em me criar e me fazer ser a mulher que eu sou hoje.

Também deixo meus agradecimentos à Mariana Marques, Bruno Silva, Gustavo Gabriel, Sávyo Aguiar, Vanubia Avelino, Lindemberg Santos, Hallain Dellon, Leandro Muniz, Tânelly Neriah, Tiago Holanda, Evandro Soares, Manoel Carlos e demais colegas da turma de Licenciatura em Geografia 2014.1 que me acompanharam durante esses quatro anos de graduação.

Aos companheiros e companheiras do Núcleo de Educação, Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG - Ayni) e Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (RENDA) na qual compartilhei três anos de aprendizado. Maior parte de minha evolução pessoal e acadêmica devo à vocês. Em especial as amigas Valcilene Rodrigues e Ivone Augusta por toda ajuda e incentivo.

À minha orientadora, Mônica Cox, por me acompanhar desde o meu primeiro ano de graduação e ter me proporcionado meu primeiro contato com a agroecologia. Obrigada por toda motivação e incentivo!

Aos amigos e amigas do Laboratório de Estudo e Pesquisa de Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) e do Laboratório de Geografia Ambiental (LAGEAM) por todas as conversas, apoio e cumplicidade.

E por último e mais importante meu eterno agradecimento aos assentados e assentadas do Chico Mendes III pela disponibilidade e carinho em concretizar o meu trabalho. Gratidão por tudo!

‘’As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção. ’’
(Vandana Shiva)

RESUMO

O modelo de agricultura mecanizada/tecnicista perpetuada na sociedade vem ocasionando diversos problemas sociais, políticos, culturais e ambientais. Esse padrão agrícola tem estado presente em terras brasileiras desde o período de colonização, passando por diversos marcos que enalteceram ainda mais a modernização no campo. Porém em meio a esse processo, a agroecologia surge como uma alternativa, junto com os movimentos sociais, como forma de contrapor esse paradigma dominante, lutando e resistindo contra essas formas produtivas. Um dos resultados dessa luta é a conquista das terras, que antes servira de produção do agronegócio, e hoje criam-se novos assentamentos rurais, fazendo alí um espaço de resistência camponesa. Assim o presente trabalho teve como objetivo analisar as experiências de agroecologia no assentamento Chico Mendes III, São Lourenço da Mata e Paudalho- PE na busca por compreender as práticas de resistência na terra. Para isso o trabalho fez uma análise qualitativa dessas experiências através das vivências dos assentados e assentadas do Chico Mendes III. Dessa forma, os resultados evidenciam que ao mesmo tempo que o monocultivo de Cana predomina na região, há experiências que resistem a esse entrave e promovem a agroecologia como um modo de vida, como uma resistência.

Palavras-Chave: Assentamento rural, Agroecologia, Resistência.

ABSTRACT

The model of mechanized / technicist agriculture perpetuated in society has caused several social, political, cultural and environmental problems. This agricultural pattern has been present in Brazilian lands since the colonization period, passing through several milestones that exalted even more a modernization in the field. But in the midst of this process, agroecology emerges as an alternative, along with social movements, as a way of counteracting this new dominant paradigm, struggling and resisting against these productive forms. One of the results of this struggle is the conquest of the land, which, before being used as a production of agribusiness, is now being set up in rural settlements, creating an area of peasant resistance. Thus the present work had as objective to analyze as agroecology experiences without settlement Chico Mendes III, São Lourenço da Mata and Paudalho-PE in the search for what practices practice on Earth. For this the work made a qualitative psychic analysis for the experiences of the settlers and settlers of Chico Mendes III. Thus, the results show that at the same time that the monoculture of Cana prevails in the region, there are teachings that resist training and promote agroecology as a way of life, as a resistance.

Keywords: Rural settlement, Agroecology, Resistance.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

FHC - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS

INCRA -INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

NEPPAG - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E PRÁTICAS EM AGROECOLOGIA E GEOGRAFIA.

PNRA - PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

RENDA - REDE NORDESTE DE NÚCLEOS DE AGROECOLOGIA

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Polícia Militar cercando o assentamento em agosto de 2006.....25

FIGURA 2 - Mapa de localização do assentamento Chico Mendes III.....26

FIGURA 3 - Assentado José iniciando o cultivo de macaxeira no assentamento Chico Mendes III.....27

FIGURA 4 - Diversidade de hortaliças e frutas na feira agroecológica de Camaragibe.....28

FIGURA 5 - Facilitação gráfica dos princípios dos Núcleos de Educação em Agroecologia construida no seminário de sistematização de experiências.....30

FIGURA 6 - Parte da diversidade de frutíferas encontradas na parcela de Dona Maria.....34

FIGURA 7 - Consórcio de plantas na parcela do assentado Edvaldo.....36

FIGURA 8 – Unidade experimental de criação de galinhas.....37

FIGURA 9 - Pequeno comércio dentro do assentamento.....38

FIGURA 10 - Feira Agroecológica de Camaragibe.....39

FIGURA 11 - Local de reunião da parte alta (à esquerda), Local de reunião da parte baixa (à direita) 41

FIGURA 12 - Cacimba reaproveitada do antigo Engenho São João.....42

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Brasil – Número e sigla dos movimentos territoriais que realizaram ocupação por ano no período 2010 – 2015.....19

TABELA 2 - Número totais de conflitos no Campo.....21

TABELA 3 - Ocupações e acampamentos rurais no Brasil – 1985.....22

TABELA 4 - Práticas agroecológicas no assentamento Chico Mendes III.....33

TABELA 5 - Leguminosas, frutíferas, hortaliças e arbóreas identificada no assentamento.....35

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - Metas do II PNRA - 2003/2006.....20

QUADRO 2 - Diferenciação da agricultura tecnicista para a agroecologia.....22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1. O PODER DA TERRA: BREVE REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA.....16

1.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA.....22

1.2 LUTA E CONQUISTA: CONHECENDO O ASSENTAMENTO CHICO MENDES III.....24

2. AGROECOLOGIA: CIÊNCIA, MOVIMENTO E PRÁTICA.....28

3. ROMPENDO AS BARREIRAS DA CANA-DE-AÇUCAR: RESISTÊNCIA AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III, SÃO LOURENÇO.....33

CONCLUSÕES.....43

REFERÊNCIAS.....44

APÊNDICE.....48

INTRODUÇÃO

O atual modelo dominante de agricultura, baseado na produção técnica capitalista, concentração de terras e exploração do trabalho, vêm ocasionando diversos impactos sociais, políticos, culturais e ambientais. Esse modelo fornece um leque de insustentabilidades, trazendo questões chave que põe em cheque o ‘’paradigma de desenvolvimento’’ perpetuado na sociedade brasileira. Portanto, em meio as mudanças cotidianas no espaço agrário decorrente da pressão do avanço da agricultura moderna industrial, a vida nos assentamentos rurais se estruturam através de multiplicidades de ações que buscam uma organização econômica, espacial e social que contrapõe esse modelo, na qual as famílias resistem e superam os desafios permanentes para viverem na e da terra.

Daí a transição para a agroecologia surge como elemento fundamental que vai se construindo desde as práticas endógenas locais, a organização das famílias, bem como do apoio de profissionais que valorizam outras agriculturas. Assim, a Agroecologia vai se estruturando de forma a repensar o modo vida a partir de uma concepção que tem como base tanto a ciência, como o movimento e a prática. Ao mesmo tempo, tem o entendimento de que somente a terra não é suficiente para a reprodução desses camponeses, é preciso uma outra forma de conceber a agricultura a partir de uma relação de convivência entre natureza e ser humano.

Portanto, o presente trabalho tem como **objetivo geral** analisar as experiências de agroecologia no assentamento Chico Mendes III, São Lourenço da Mata e Paudalho- PE na busca por compreender as práticas de resistência na terra. Para isso, buscou-se identificar as práticas agroecológicas; compreender o processo de conquista da terra; e identificar os processos de resistência no assentamento.

Para a concretização do trabalho foi usado o método histórico-dialético, pela necessidade de reflexão acerca da realidade, e principalmente, a compreensão dos processos locais e capacidade de resistência dos camponeses. Foi usada também a concepção de Brandão (2007) através da observação participante visando seu dilema de ‘’Compreender para servir’’, partilhando das atividades do dia-a-dia. Neste sentido, foram realizadas visitas de campo ao Assentamento Chico Mendes III, no intuito de conhecer a área, planejar e executar a coleta de dados, bem como visitas

de campo às feiras agroecológicas de Recife e Camaragibe, na qual os sujeitos envolvidos trabalham.

Concomitantemente foi criado um roteiro constituído de perguntas a respeito de como as famílias camponesas lidam com a natureza, os aspectos históricos e culturais do uso da terra, dentre outros questionamentos pertinentes a pesquisa. As respostas foram gravadas em áudios, com autorização dos mesmos, como forma de focalizar a atenção no processo de comunicação, assim como, foram feitos registros fotográficos a fim de facilitar a visualização e contextualização do assentamento Chico Mendes III. Ao total foram entrevistadas seis assentados e uma pesquisadora que desenvolveu sua tese no assentamento. A escolha dos entrevistados foi feita através da disponibilidade de cada assentado e assentada, assim foram feitas entrevistas com os(as) que frequentavam a feira e quem estivesse presente nos dias de visita de campo no assentamento. Destaca-se também o uso da caderneta de campo como elemento fundamental para a pesquisadora como forma de organizar e estruturar o trabalho no campo durante todas as visitas realizadas.

O interesse pelo tema foi despertado no inicio da graduação da pesquisadora a partir de um trabalho de campo na disciplina de Geografia de Pernambuco, cursada em seu segundo período, na qual a pesquisadora teve seu primeiro contato com a agroecologia em uma comunidade quilombola em Orocó, sertão de Pernambuco. Porém o aprofundamento com a pesquisa inicia em 2015 através de sua participação no Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia (NEPPAG Ayni)[1] e sucessivamente na Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (RENDA – NE)[2], ambos com sede na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Departamento de Ciências Geográficas. É nesse momento que se iniciam as leituras, debates, escritas, idas a campo, como parte das atividades do NEPPAG e dos campos da graduação, bem como a participação em eventos que envolveram a temática, nos quais sempre esteve presente a inspiração

[1] O NEPPAG AYNI é um núcleo de agroecologia da UFPE que tem como objetivo principal o estudo, debate e promoção da agroecologia dentro e fora da universidade, vem atuando através de grupos de estudos, trabalhos de campo, seminários e diversas outras atividades.

[2] A Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (RENDA) foi criada a partir da chamada CNPq/MDA 39/2014. O nome da rede "RENDA" tem seu sentido simbólico, a renda como representação de arte de arte, como expressão da zona rural do Nordeste, através de sua conexões de fios, beleza e expressividade de detalhes personificado na conexão humana na qual a RENDA colabora na região nordeste.

em buscar encontrar elos entre agroecologia e geografia. E é a partir dessas vivências que inicia a aproximação com vários assentados e assentadas do Chico Mendes III, despertando o desejo de pesquisa no território.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro que tem como titulo ‘’O poder da Terra: breve reflexão sobre a situação fundiária brasileira’’, na qual abordou-se a fundamentação teórica da situação fundiária brasileira assim como a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a caracterização da área de estudo, tendo como base depoimentos de assentados e assentadas do próprio local. No segundo capitulo ‘’Agroecologia: Ciência, Movimento e Prática’’ buscou-se trazer as diversas contribuições e atribuições da agroecologia na sociedade, na busca por romper e superar o paradigma do modelo desenvolvimentista dominante. E finalizando com o terceiro capitulo ‘Rompendo as barreiras da cana-de-açúcar: resistência agroecológica do assentamento Chico Mendes III, São Lourenço da Mata e Paudalho- PE’’, apresentou-se parte dos resultados da pesquisa, na busca por expor os dados qualitativos presentes no assentamento estudado.

1. O PODER DA TERRA: BREVE REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA

Desde o processo de colonização portuguesa, estão presentes sobre terras brasileiras a concentração fundiária e a desigualdade social. Wagner Miralha (2006) traz a ideia que o período colonial no Brasil teve sua base a partir de três componentes fundamentais em sua organização: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Esse processo se intensifica com as capitanias hereditárias subsequentemente pela Lei de Terras de 1850 que tinha como principal objetivo o monopólio de poder, assim ficou definido que somente quem tivesse dinheiro poderia ter esse acesso a terra. Isso fica evidente na percepção de Oliveira (2001. p.29):

> Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco foi alterado ao longo dos 400 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços [...] tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários (OLIVEIRA, 2001. p.29).

Apesar do fim da escravidão na década de 1888 e inicio da república em 1889 o desejo de realização da reforma agrária continuou sendo utópico, continuando durante toda década uma expansão agrícola voltada ao lucro. Dessa forma a costa nordestina foi uma das primeiras áreas a ser explorada, trazendo grandes mudanças sociais e territoriais no espaço agrário. Um marco importante na região foram as ligas camponesas em 1950, conforme sinaliza Stédile (2016) ao considerar as ligas como fundamental nas lutas e resistências para a permanência na terra. Foi, portanto, um movimento que tinha como principal objetivo defender a reforma agrária, buscando, principalmente, garantir os interesses dos trabalhadores rurais nordestinos, posteriormente atingindo o território nacional. Portanto, a história da luta pela reforma agrária no Brasil tem suas bases introduzidas a partir do processo de luta das ligas camponesas.

Com o tempo, novas formas produtivas inseridas no território brasileiro, passam a reafirmar a modernização no campo principalmente no final da década de 50 com a revolução verde. Esta tinha como premissa a industrialização da

agricultura no Brasil com base em um pacote tecnológico. Para Gonçalves (2004) a revolução verde promoveu diversas mudanças sociais, culturais e políticas sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista de 1949. Pereira (2012) complementa fazendo a reflexão de que a revolução verde causou uma grande mudança estrutural na sociedade com o uso de sementes híbridas e recentemente, com a biotecnologia dos transgênicos, negando o conhecimento milenar dos agricultores e agricultoras.

Neste sentido, a busca por diminuir os custos de produção e aumentar o lucro e a produtividade, desde a falsa ideia de resolver a fome no mundo, promoveu diversos conflitos e principalmente a perda e a desvalorização dos saberes tradicionais daqueles que exercitam na prática a relação viva com a natureza. Assim, permanecem herdados os desafios de um estrutura agrária muito concentrada, que dificulta a conquista e permanência na terra pelos camponeses.

Nesse contexto, parece não haver limites para a atuação do capital financeiro, o qual transcende as fronteiras dos Estados, se posicionando acima de qualquer controle. Em geral, as grandes corporações se deslocam para lugares onde existem recursos abundantes e mão de obra barata, os quais são explorados a exaustão (HARDT & NEGRI, 2006) Porém, diante de um cenário aonde predominam as influências de latifundiários, pecuaristas, grileiros e outros agentes que contribuem para o “sociometabolismo do capital” (JUNIOR, 2015, p. 05), os movimentos sociais no Brasil aparecem, de fato, como espaços de resistência contra o capital fomentando, ao mesmo tempo, perseverança aos envolvidos na luta da terra. Dessa forma, diversos protagonistas passam a lutar contra o modelo hegemônico de agricultura, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Para Fernandes (2001) as lutas promovidas por movimentos e organizações no campo desenvolveram processos de espacialização dos movimentos sociais, como forma de resistir à expropriação e a expulsão da terra. Assim Oliveira (2007) comenta a importância do MST nessa luta:

> O MST como o movimento sócio-territorial rural mais organizado no final do Século XX e início do Século XXI, representa no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida

> improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. (OLIVEIRA, 2007, p.139).

Em seguida, Coletti (2005) também salienta o papel preponderante da CPT:

> A CPT teve uma participação decisiva nas mobilizações dos sem-terra, na organização da maioria das ocupações e acampamentos e no apoio material aos trabalhadores em luta, através de campanhas de arrecadação de alimentos, remédios, roupas, e, até mesmo, dinheiro para a compra de terras, como no episódio do acampamento Encruzilhada Natalino. Não se pode deixar de falar, também, no papel decisivo desenvolvido pelos bispos, padres, pastores e leigos na conscientização política dos trabalhadores em busca da "terra prometida". Em cada ocupação ou acampamento, os sem-terra erguiam uma cruz, símbolo da importância que a religiosidade adquiria na resistência desses trabalhadores. (COLETTI, 2005, p.27).

Dessa maneira, em 1985 é elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) previsto no estatuto da terra. O plano pretendia fazer o levantamento de áreas que seriam prioritárias para realização da Reforma Agrária. A meta era destinar 43 milhões de hectares para 1,4 milhão de famílias até 1989, porém os números alcançados foram pouco menos de 4,5 Milhões de hectares, refletindo a necessidade do intenso debate sobre reforma agrária no Brasil.

É na década de 90 que se intensificam o número de assentamentos rurais, resultado da grande pressão desses movimentos na luta pela terra. Porém conforme afirma Fernandes (1999) isso não passou de uma estratégia do presidente da época Fernando Henrique Cardoso (FHC) para diminuir a pressão dos sem-terra, ao mesmo tempo em que, por outro lado, se favorecia os latifundiários. Em 1997, FHC inicia o projeto-piloto Cédula da Terra, na tentativa de mudar a questão agrária do plano político para o plano econômico, beneficiando os proprietários de terra, que poderiam transferir seus capitais de outras seções para a economia, retrocedendo a luta dos movimentos sociais em prol da reforma agrária. Isso fica evidente através do Fórum Nacional de Reforma Agrária:

> Nesse processo geral da reforma agrária pelo mercado, a iniciativa de venda ou não da terra ociosa (em geral da pior qualidade) passaria para o controle dos latifundiários, tradicionais especuladores com a terra, sem a mediação do Estado, e sem qualquer restrição por não cumprirem a função social da terra como dispõe o artigo 184 da Constituição Federal. (FÓRUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 1999, p. 3)

Com o fim do governo de FHC, surge a esperança de que a reforma agrária seria implementada no Brasil com a entrada de Lula do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência do país. Porém, durante todo o seu governo permaneceu, cada vez mais latente, os privilégios dos latifundiários. Mediante isso, percebe-se que ao mesmo tempo em que o território brasileiro vinha sofrendo com a imposição do sistema monopolizador, existiam diversas práticas que promoviam a contraposição ao modelo hegemônico de agricultura. Isto se deu, principalmente com a ação dos movimentos socioterritoriais visando à construção e à transformação do espaço agrário, conforme pode ser verificado na tabela 1.

Tabela 1 - Brasil – Número e sigla dos movimentos territoriais que realizaram ocupação por ano no período 2010 – 2015

ANOS	MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS	QUANTIDADE
2010	ABUST, CETA, CODEVISE, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, MCP, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MST, MST da BASE, MSTR, MTL, MTR, MTST, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA.	21
2011	ATR, CETA, CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, MAB, MAST, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPRA, MST, MST da BASE, MTD, MTL, MTST, OI, QUILOMBOLAS, UNITERRA, Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e das Terras Crescentes, VIA CAMPESINA	23
2012	ATR, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, LCP, MAST, MATR, MCR, MLST, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MRC, MST, MST da BASE, MST Independente, MTL, MTTDS, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT	23
2013	ATR, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FETRAF, FLTDC, FTL, MAB, MAST, MATR, MBST, MLST, MOQUIBOM, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPP, MST, MST da BASE, MTAA-MT, MTL, MVTC, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT	26
2014	CETA, CONTAG, CPT, FNL, LCP, MAB, MAF, MAST, MBST, MLST, MLT, MNU, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPST, MST, MST da BASE, MT, MTD, MTR, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT	25

2015	ARPCT, ATR, CETA, CONTAG, FNL, LCP, Liga Camponesa dos Pobres do Norte de Minas, MAF, MCP, MLST, Movimento Dois de Dezembro, Movimento Geraizeiro Guardião do Cerrado, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPST, MST, MTEM, PESCADORES, QUILOMBOLAS, OI, TERRA LIVRE, VT	21

Fonte: DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra,2016. www.fct.unesp.br/nera
Adaptação por: MELO, 2017

O período de governança do PT foi marcado por fortes pressões. Assim em 2003 nasce o II PNRA que tinha como objetivo acelerar a reforma agrária no Brasil. Diante disso o plano estabeleceu 11 metas, Entretanto, várias dessas metas não foram cumpridas ao final do mandato de Lula:

Quadro 1 - Metas do II PNRA - 2003/2006

META 1	400.000 novas famílias assentadas
META 2	500.000 famílias com posses regularizadas
META 3	150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário
META 4	Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos
META 5	Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado
META 6	Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais
META 7	Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas
META 8	Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas
META 9	Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária
META 10	Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas
META 11	Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas

Fonte: MDA, 2003.

Atualmente, a maior parte do campo brasileiro é usado para produção em grande escala pelo agronegócio, a partir de novas técnicas produtivas em larga escala. Assim Fernandes (2008) analisa o agronegócio como uma nova nomenclatura para o modelo de desenvolvimento econômico já existente, originado da produção em grandes propriedades para exportação, os plantations. Porém, é o

camponês que promove o maior índice de empregos no campo e quem produz a maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira.

Contudo, é importante percebermos que a luta pela terra não está apenas inserida em suas dinâmicas de conquista, visto que ao considerar-se outros aspectos verifica-se a problemática do acesso e da permanência na terra. E é exatamente neste campo que a luta de classes se demonstra como um elemento fundamental para a compreensão da questão agrária no território brasileiro. Sobre a permanência na terra, alguns outros fatores vão se incorporando paulatinamente aos conflitos, principalmente ao envolver os discursos disseminados pela imprensa internacional. Esses enfatizam "a diminuição da área de plantio de alimentos, em detrimento do cultivo de matérias-primas utilizadas na produção de agrocombustíveis" (JUNIOR, 2015, p. 06), sem problematizar o próprio modelo de produção que sustenta essas estruturas, e não só isso, a fome, a desigualdade material e o não direito a uma autonomia alimentar rendem sérios problemas que pouco são evidenciados pelos noticiários midiáticos.

Assim, Stédile (2004) afirma que a imprensa brasileira é claramente vinculada aos interesses dos grandes proprietários e das empresas transnacionais que importam matérias-primas. Dessa forma o seu papel se concentra em mostrar todos os dias máquinas agrícolas, navios cheios, índices de exportação agrícola como forma de solução agrícola. Portanto, percebe-se que há um encobrimento de uma realidade de boa parte da população que vive em condições de pobreza absoluta no campo brasileiro.

É nítido, neste caso, que no Brasil, especialmente no século XXI, a ligação dos processos sociais com a questão da terra provoca contradições nas relações de trabalho, identidade política e na estrutura social. Neste âmbito outros fatores precisam ser problematizados, não só aqueles que possuem como enfoque o lado financeiro e espacial, mas, também, as ações tomadas pelas elites concentradoras de terra perante a luta dos movimentos sociais pela efetivação de uma reforma agrária (que em sua grande parte se concentram em atitudes violentas e repressivas) conforme tabela 2:

Tabela 2 - Número totais de conflitos no Campo

	2013	**2014**	**2015**	**2016**
Conflitos por terra	1.007	1.018	998	1.295

Água	93	127	135	172
Trabalhistas	154	141	84	69
Total de Conflitos no Campo	**1.266**	**1.286**	**1.217**	**1.536**

Fonte: CPT,2016. www.cptnacional.org.br
Adaptação por: MELO, 2017

Outro dado muito importante foi o do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2006) que demonstra que cerca de 15% dos proprietários de terra concentram mais de 75% da área produtiva do país, comprovando assim a forte concentração de terra no Brasil. Além disso, o uso excessivo de agrotóxicos no Brasil, resquício do fim da segunda guerra mundial, fez introduzir uma cultura voltada ao uso nefasto de veneno. Vale salientar que o Brasil é campeão no ranking de uso de agrotóxico desde 2008, na qual, segundo o Dossiê da Abrasco (2015) as principais empresas fornecedoras são Basf, Dupont, Bayer, Monsanto, Dow e Syngenta.

1.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) é uma referência quando se fala em movimentos sociais no Brasil. Ele surge em 1984 com a necessidade de criação de uma organização autônoma em relação a partidos e governos. Nesse momento, os atingidos por barragens, migrantes, agricultores, parceiros, trabalhadores rurais e diversos outros coletivos que eram envolvidos na luta em defesa da terra se reúnem no 1º Encontro Nacional, no Paraná e afirmam ‘’Sem Reforma Agrária não há democracia’’. Já no ano seguinte (1985) construíram o lema “**Terra para quem nela trabalha**” e “**Ocupação é a Única Solução**” (MST, s.d.). Assim todo o território brasileiro passa a ser mobilizado, fechando o ano de 1985 com 42 ocupações e acampamentos, conforme mostra a tabela 2:

Tabela 3 - Ocupações e acampamentos rurais no Brasil – 1985

Estado	Ocupações e acampamentos	Número de Famílias
Espírito Santo	01	372
Goiás	02	160
Maranhão	01	500
Mato Grosso do Sul	03	1174
Minas Gerais	02	38

Pernambuco	01	95
Paraná	13	3318
Rio Grande do Sul	02	2570
Rio de Janeiro	02	219
Sergipe	01	83
São Paulo	07	1805
Santa Catarina	07	500
Total	**42**	**10.834**

Fonte: FELICIANO apud CPT, 2003.

Como resultado da pressão do MST, em 1988 é aprovada uma nova constituinte que garante a desapropriação de terras que não cumprirem função social. Conforme é evidenciado na Constituição Federal de 1988, artigo 186:

> A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

Em 2000 o MST já contava com a atuação em 23 estados, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos; a palavra de ordem desse ano foi ‘’**Por um Brasil sem latifúndio’’**. Fernades (2000) retrata que “o MST nasceu da ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado.’’ O autor ainda ressalta que as lutas não iram cessar enquanto não existir reforma agrária, é, portanto, um movimento que busca a força política para os assentamentos rurais no Brasil.

Com a hegemonização do agronegócio no campo brasileiro houve a necessidade de qualificar o debate e que somente a reforma agrária não fazia mais sentido, era preciso a reforma agrária popular, como forma de evidenciar que a reforma agrária não era necessidade dos Sem Terra, mas sim de toda sociedade brasileira. A luta passa a ser para conquistar a terra e solucionar os problemas sociais do Brasil: desemprego, violência, fome e todo o processo crescente de exclusão econômica e social. (MST, s.d.)

Conforme sinaliza Morissawa (2001) o MST chega no estado de Pernambuco em 1989. Rosa (2004) retrata que a entrada do MST no estado de Pernambuco não foi fácil, tendo sua primeira ocupação no município do Cabo de

Santo Agostinho. Cerca de 400 famílias ocuparam o Engenho do Complexo de Suape, porém 3 dias depois as famílias foram despejadas por ordem do até então governador do estado, Miguel Arraes. Em 1991 o movimento passa atuar efetivamente na zona da mata pernambucana e, em 1993 e 1994 iniciam as primeiras ocupações no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na busca de questionar o modelo de produção de cana muito forte na região e procurando o debate sobre a reforma agrária e produção agrícola (MACHADO, s.d.). Daí em diante a luta não mais cessou.

1.2 LUTA E CONQUISTA: CONHECENDO O ASSENTAMENTO CHICO MENDES III

O assentamento Chico Mendes III é um exemplo de resultado da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que atuaram na zona da mata pernambucana. A luta para sua efetivação iniciou em 2004 com a ocupação da falida usina Tiúma, esta que foi uma das maiores usinas canavieira da região, porém já se encontrava abandonada durante esse processo de ocupação. No ano seguinte, as famílias que acampavam no território foram despejadas e sem terem onde morar, decidiram acampar no Engenho São João, que fica 4Km da vila de Tiúma. Em julho de 2005 a Polícia Militar do estado de Pernambuco realiza um despejo violento, na qual muitos acampados e acampadas tiveram suas casas destruídas e plantações queimadas. Porém em março de 2006 reocupam a área, mas novamente recebem a notícia que o grupo empresarial proprietário conseguiu a reintegração de posse da terra. Vários assentados e assentadas relatam que resistiram por quase 48 horas, em meio a pressão psicológica muito violenta.

Figura 1 – Polícia Militar cercando o assentamento em agosto de 2006

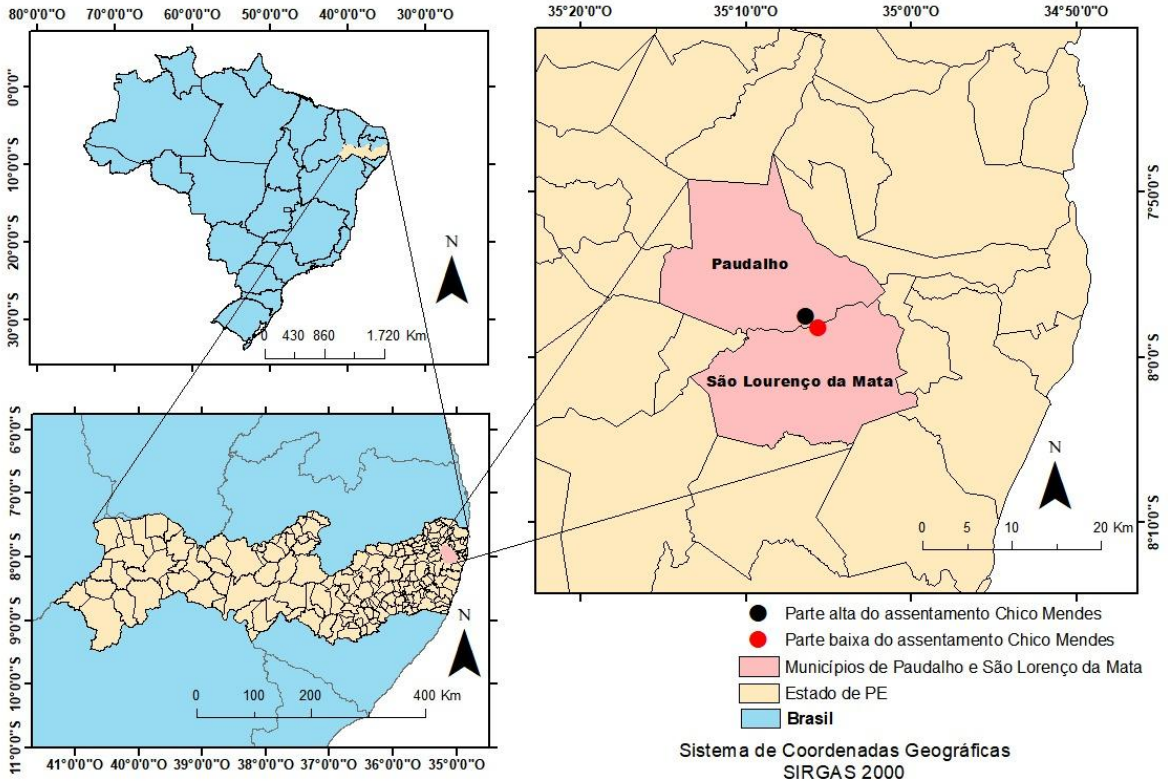
Fonte: Arquivo Terra de direitos, 2010

Apesar da concessão jurídica, o processo de posse não foi finalizado, sendo a reintegração de posse da terra suspensa pelo Tribunal de Justiça. Em 2007 o Engenho São João foi declarado área de interesse social para fins de reforma agrária, fruto da pressão dos acampados e acampadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O assentamento foi judicialmente legalizado em outubro de 2008. Daí em diante, o assentamento Chico Mendes 3 tornou-se referência no estado, visto que, os assentados e assentadas, junto com o MST, conseguiram desapropriar uma área de um grupo empresarial muito forte na região.

O assentamento Chico Mendes III possui cerca de 410 hectares. Inicialmente acreditava-se que as terras que constituíam a usina Tiúma pertencia à um único município: São Lourenço. Porém, já residindo no terreno as famílias descobriram que as terras tinham continuidade e abrangiam o município de Paudalho. Daí em diante o assentamento passou a ser divido popularmente em duas partes: a partre alta localizada no município de Paudalho, este que fica situado na mesorregião da zona da mata de Pernambuco, e a parte baixa do assentamento que está localizada no município de São Lourenço da Mata, este que compõe a Região Metropolitana de

Recife, porém, por ser uma área de transição, suas características muito se assemelham a Zona da Mata pernambucana. Atualmente cerca de 55 famílias vivem no assentamento, sendo 22 residentes na parte alta e 33 na parte baixa.

Figura 2 – Mapa de localização do assentamento Chico Mendes III



Fonte: IBGE, 2017. Elaborado por MELO e HOLANDA, 2017

Segundo CHAGAS (2016) o assentamento Chico Mendes III foi a primeira experiência do MST no estado a ter o compromisso de trabalhar coletivamente a produção agroecológica. O assentamento foi escolhido como referência devido à sua posição geográfica marcada como referência para o agronegócio brasileiro, tendo a cultura da cana-de-açúcar como a principal alavanca de sua economia. Tratava-se, portanto, de um processo de contraposição a essa área marcada pelo forte padrão hegemônico de desenvolvimento e exploração, herdado da fase colonial. O plantio de alimentos desde então foi o marco da transformação no território (figura 3). O objetivo era difundir e incentivar que outros assentamentos passassem a trabalhar a agricultura de forma limpa, coletiva e diversificada, na perspectiva agroecológica

Figura 3 – Assentado José iniciando cultivo de macaxeira no assentamento Chico Mendes III

Fonte: MELO, 2017.

2. AGROECOLOGIA: CIÊNCIA, MOVIMENTO E PRÁTICA

Como retratado no capítulo anterior, há diversas lutas em nosso território a fim de contrapor o modelo de agronegócio vigente na sociedade. Este que, possui um discurso com legitimidade empregada pelo principal argumento do capital: que a produção em grande escala é a saída para uma produção de alimentos que contemple os problemas ligados as indústrias alimentícias. Porém torna-se uma falácia, visto que, ao nos determos para analisar o censo do IBGE (2006) é evidenciado que mais de 70% dos alimentos consumidos pelo brasileiro vem da agricultura camponesa. Dessa forma, a agroecologia possui papel preponderante na produção de alimentos saudáveis e na segurança alimentar de muitas famílias.

Figura 4 – Diversidade de hortaliças e frutas na feira agroecológica de Camaragibe

Fonte: MELO, 2017.

A concepção de agroecologia assumida no presente trabalho é a proposta de Wezel (2009) de que a Agroecologia é concomitantemente ciência, movimento e prática. A agroecologia como disciplina científica tem o campo de investigação com base nas ciências agronômicas, biológicas, ecológicas e, nas ciências humanas, como sociologia rural, antropologia e geografia agrária (HECHT, 1993). No que se refere à agroecologia como movimento, se refere à ações e concepções nas quais

se procura fazer uma crítica ao capitalismo e à agricultura industrial, na busca por mudanças econômicas e estruturais na sociedade (ALTIERI; HECHT, 1993). No âmbito da prática, a agroecologia ocorre por meio da expressão de práticas em torno da experimentação e da proposição de alternativas concretas por parte dos agricultores (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

Assim, a Agroecologia surge como uma possibilidade de enfrentamento do modelo convencional conforme sinaliza Machado e Machado Filho (2017). Os autores a compreendem como uma prática que visa restabelecer o conhecimento tradicional. Tendo em vista que espaço agrário brasileiro a partir da monocultura faz o saber local da diversidade "sumir", negando que ele existe, para em seguida impor um único saber dominante (SHIVA, 2003). conforme podemos verificar no quadro 2:

Quadro 2 - Diferenciação da agricultura tecnicista para a agroecologia

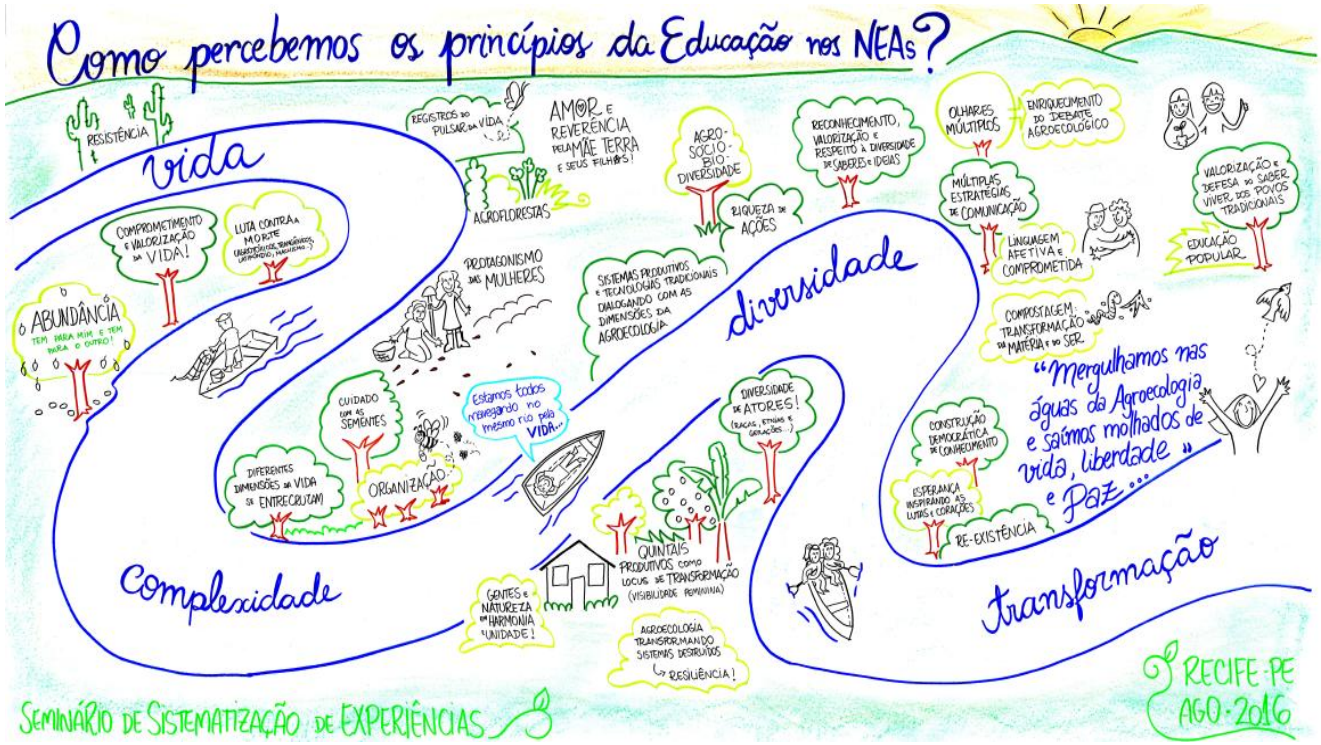
AGRICULTURA TECNICISTA		AGROECOLOGIA	
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS	EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	BEM-VIVER
USO DE AGROTÓXICO E FERTILIZANTES QUIMÍCOS	FALTA DE DIVERSIDADE	NÃO AO USO DE AGROTÓXICOS	AGROBIODIVERSIDADE CRESCENTE
NEGAÇÃO DO CONHECIMENTO POPULAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS	CARATÉR EMPRESARIAL	VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO POPULAR	PRODUTOS SAUDÁVEIS
DESAPARECIMENTO DE POPULAÇÕES DE SERES VIVOS	SEMENTES MODIFICADAS	HARMONIA ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA	SEMENTES CRIOULAS

Fonte: MELO, 2017.

Esse campo de conhecimento multidisciplinar vai além de uma mudança de base teórica, a Agroecologia apresenta uma série de princípios e conceitos que a norteia. Esses princípios visam o equilíbrio ecológico a partir do agroecossistema, manutenção de um solo ativo, mínima dependência de insumos externos,

conservação e ampliação da diversidade biológica e cultural dentre diversos outros aspectos, conforme mostra a figura 5.

Figura 5 – Facilitação gráfica dos princípios dos Núcleos de Educação em Agroecologia construida no seminário de sistematização de experiências.



Fonte: Arquivo RENDA, 2016.

Hecht (1993) ressalta que embora o termo agroecologia seja recente, sua prática é bem antiga. Cardoso (2017) complementa dizendo que ‘’a agroecologia deu voz aos conhecimentos do seu povo, porque eles já faziam assim, mas não canalizavam essas vozes – canalizada pela agroecologia. ’’ Assim, compreende-se que a Agroecologia é um modo de viver e tem desenvolvido novos conhecimentos que se unem aos saberes tradicionais já existentes. Dessa maneira, o início da agroecologia está associado próprio surgimento da agricultura convencional, já que não era utilizado nenhum tipo de veneno e o conhecimento era construído a partir da experimentação.

Já Altieri (1999) reconhece a Agroecologia como forma de superação da crise ambiental, sendo construída através da interação entre o ser humano, o agroecossistema e o ambiente, aglutinando as questões sociais, econômicas e ecológicas. É um campo de conhecimento que apresenta alternativas e respostas

consistentes diante dos desafios da sociedade moderna. Silva (2011) compreende que a agroecologia ultrapassa os limites de um padrão científico:

> A agroecologia se consolida não apenas como um padrão científico para a produção agrícola e pecuária, no stricto sensu, mas também como um modo de vida e paradigma que contempla os aspectos sociais, econômicos e ambientais, como bem está explicitada na Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia, que aborda sua importância para as lutas em defesa dos territórios e pela reforma agrária; sua contribuição efetiva para a soberania alimentar e nutricional, com experiências desenvolvidas em prol da conservação e uso dos recursos naturais e da biodiversidade, tendo um caráter estratégico que rompe os limites colocados para a economia camponesa, através da agregação de valor, do financiamento da produção e da própria comercialização; nos processos de empoderamento das mulheres nas suas lutas por igualdade de gênero; e, finalmente, contribuindo, de forma 78 Em 1989, a Rede PTA publicou o livro Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa (SILVA, 2011).

Nesse contexto, a transição para a agroecologia é assumida como meio de repensar o modo vida através da relação das práticas humanas em convivência com a natureza conforme sinaliza Casado (2000). Apesar de pouco existir propostas políticas que incentivem a agroecologia no território nacional, diversas experiências estão sendo construídas em todo país. Smith (2009) traz a reflexão que o processo de transição agroecologica implica em um movimento que é muito complexo contínuo na busca de incorporar os princípios ecologico que manejem os agroecossistemas, mobilizem as dimensões de vida e reflitam novas percepções de mundo. Ainda sobre o tema, Gliessman (2000) ressalta que a transição agroecológica passa por três estágios. O primeiro é a racionalização refere-se a reflexão de quão eficiente é a agroecologia para a diminuição da dependência do mercado externo. A segunda fase é a substituição, nesse período passa a existir a troca do modelo tradicional para outra alternativa. Por último vem o redesenho que é o mais completo trata-se do momento de fazer funcionar os agroecossistemas com base em adaptações de processos ecológicos na área.

Assim a Agroecologia tem conseguido apoiar o processo de transição do modelo desenvolvimento rural convencional vigente para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura mais sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2000) através do apoio de diversas instituições, organizações e movimentos que defendem a causa. Luzzi (2007) compreende que a transição para agroecologia não se restringe a uma mudança técnica, trata-se de um processo político. Neste sentido a autora

complementa: ‘’várias pessoas e grupos sociais passam a identificar na agroecologia um caminho para fortalecer suas reivindicações e alcançar seus próprios objetivos‘’ (LUZZI,2007). Dessa forma, observa-se que o debate da agroecologia ultrapassa as questões ambientais, promovendo uma interação entre as dimensões social, cultural e política.

3. ROMPENDO AS BARREIRAS DA CANA-DE-AÇUCAR: RESISTÊNCIA AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES III, SÃO LOURENÇO

A experiência do assentamento Chico Mendes III é importante por permitir a visualização do processo de transição agroecológica que vem ocorrendo desde a conquista de terras que um dia foram de usineiros com plantio de cana de açúcar. Nesse sentido, esses camponeses passam a plantar culturas alimentares diversificadas a partir de práticas agroecológicas. Vale sublinhar que é um desafio plantar agroecologicamente em terras que um dia já receberam intenso uso de agrotóxico e fertilizantes químicos em monoculturas de grandes extensões. Neste sentido, a perspectiva de fazer a mudança para a agroecologia permitiu que os assentados e assentadas de Chico Mendes III modificassem suas realidades sociais, ambientais e econômicas, resistindo a ação da agricultura tecnicista predominante na região.

Assim as ações no assentamento estão permitindo a restauração dessa área, promovendo o aumento da agrobiodiversidade, bem como a soberania e segurança alimentar. A experiência em agroecologia perpetuada no Chico Mendes III é estabelecida a partir das seguintes práticas listadas a seguir na tabela 3, conforme análise realizada por Chagas (2016), que envolvem a recomposição da diversidade, a reciclagem da matéria orgânica dentro do lote, a integração entre espécies vegetais, bem como, entre cultivos e criação animal, e o papel chave das mulheres no cuidado com a diversidade e a comercialização em feiras.

Tabela 4 - Práticas agroecológicas no assentamento Chico Mendes III

Uso de cobertura morta
Adubação verde ou uso de leguminosas
Adubação com esterco animal
Compostagem
Produção de mudas
Armazenamento de sementes
Não utilização de agrotóxicos
Controle alternativo de insetos e doenças

Diversificação da produção
Não uso de queimadas
Participação das mulheres nos roçados e como lideranças locais
Circuitos curtos de comercialização

Fonte: CHAGAS, 2017. Adaptação: MELO, 2017.

Durante a pesquisa foi verificado que há grande diversidade em muitos dos sítios no assentamento Chico Mendes III, a exemplo da parcela da assentada Maria Elisabeth, na qual foi possível identificar em torno de 21 espécies de frutas para consumo próprio e comercialização nas feiras (figura 6).

Figura 6 – Parte da diversidade de frutíferas encontradas na parcela de Dona Maria no assentamento Chico Mendes III.

Fonte: MELO, 2017.

Dessa forma, percebe-se que esses assentados e assentadas cultivam grande variedade de plantas (tabela 4), em razão, principalmente, do armazenamento e reprodução das sementes crioulas por eles manejadas. Durante as visitas de campo

pouco foi falado sobre as sementes, porém, esta tem papel muito importante para continuidade do processo agroecológico, visto que sua multiplicação e armazenamento individual e coletivo permite que caso alguma safra seja prejudicada, possa contar com as sementes que foram guardadas, além da garantia da origem de todos os alimentos e a autonomia frente a dependência da distribuição de sementes convencionais que quebram com essa agricultura de base diversificada, e ainda tem como base sementes híbridas que acabam por não se reproduzir em safras subsequentes, o que eleva a contínua dependência da distribuição de sementes pelo governo.

Tabela 5 - Leguminosas, frutíferas, hortaliças e arbóreas identificada no assentamento

Abacate	Abacaxi	Abiu	Açafrão
Açaí	Acerola	Alecrim	Alface
Alho-poró	Amora	Araça	Aroeira
Banana	Batata	Batata-Doce	Berinjela
Beterraba	Bambu	Cajá	Caju
Catingueira	Cereja	Cebolinha	Cenoura
Coco	Coentro	Cumaru	Espinafre
Fava	Feijão	Figo	Framboesa
Gergelim	Goiaba	Graviola	Genipapo
Ingá	Inhame	Jabuticaba	Jaca
Jambo	Jerimum	Laranja	Limão
Macaxeira	Mamão	Manga	Manjericão
Maracujá	Milho	Nim	Pimentão
Pinha	Pitanga	Pitomba	Repolho
Rucúla	Sapoti	Seringuela	Tomate
Umbu	Uva	Jatobá	Pau-Brasil

Fonte: MELO, 2017.

O consórcio onde se vê o plantio com várias espécies comestíveis e nativas, é bastante utilizado no assentamento, o que permite o aumento da produtividade, controle das plantas consideradas daninhas, captação de nutrientes do solo, maximização dos espaços, dentre inúmeros benefícios proporcionados por essa técnica. Conforme sinaliza Pereira (2007) a diversificação de culturas com o consórcio

de espécies, incorporação de árvores, uso de sementes crioulas, aumento da biodiversidade regeneram a dinâmica ecológica e recuperam o solo, vegetação e a fauna acarretando oportunidades de uso de função ambientais que são valiosas para a região e o futuro. Desta maneira, a assentada Marlene nos relata sua experiência em agrupar as plantas nos consórcios:

> Eu planto tudo misturado, tudo no mesmo tempo. É bom pra mim e pro assentamento. A gente não tem ordem nas plantas. Por isso eu gosto de morar aqui, não sinto saudade nenhuma da rua. Se eu pudesse eu plantava mais coisa.'(Agricultora assentada, 2017)

O assentado Edvaldo, também utiliza os consórcios, anualmente o da macaxeira, inhame e batata-doce e a médio prazo de côco, mamão e banana (figura 7). Esse processo permite também a disponibilidade de alimentos durante boa parte do ano, contribuindo com a segurança alimentar da família, tanto para consumo quanto para comercialização de excedente (NICHOLLS et al., 2015).

Figura 7 – Consórcio de plantas na parcela do assentado Edvaldo.

Fonte: MELO, 2017.

Além disso, é muito presente no assentamento que os agricultores realizem várias atividades acessórias as atividades de plantio. Neste sentido são incentivados dentro do território algumas atividades que possam somar ao exercício da atividade de

plantio, conjugando lavoura e pecuária. À exemplo do assentado Edvaldo, que trabalha na criação de animais (figura 8). Atualmente ele conta com o apoio de professores da Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE) com o projeto de extensão de unidade experimental de integração de produção de caprinos e aves.

Figura 8 – Unidade experimental de criação de galinhas

Fonte: MELO, 2017.

Outra atividade percebida é a venda de produtos caseiros como forma de complementar a renda. Nessa mesma perspectiva, em entrevistas, algumas pessoas relataram que preferem trabalhar prestando serviços fora do assentamento, como é o caso de Edite que trabalha em um hospital em Recife. Entretanto, relata que a maior dificuldade que enfrenta é a mobilidade, visto que o acesso de volta para casa é bem difícil, por não existir transporte público. Vários produtos caseiros são encontrados no assentamento, exemplo de sorvetes, dudus, cocadas (figura 9), dentre outros, que permitem a colaboração solidária entre as famílias.

Figura 9 – Pequeno comércio dentro do assentamento.

Fonte: MELO, 2017.

Ainda com o apoio de professores da UFRPE, vários assentados e assentadas comercializam o excedente de suas produções em feiras agroecológicas ou na beira da BR-408 devido a sua proximidade. Atualmente algumas famílias vendem seus produtos em 03 feiras: Recife, São Lourenço da Mata e Camaragibe. Dessa forma Meirelles (2008) evidencia a importância das feiras:

> Tende a aumentar a renda dos agricultores, com o pagamento a vista e a venda com preços finais; tende a ter preços melhores para os consumidores, democratizando o acesso ao produto ecológico; a relação entre consumidores e produtores gera intercâmbios de percepções e conhecimento de suas formas de vida, além de trazer uma contribuição importante na construção da credibilidade do produto ecológico; estimula métodos produtivos de base ecológica e o resgate da agrobiodiversidade; gera maior autonomia para a família agricultora; reforça a participação das mulheres e jovens na comercialização e na própria organização da propriedade [...] (MEIRELLES, 2008, p. 4).

A Feira Agroecológica Chico Mendes em Recife está localizada no bairro de Dois Irmãos, inaugurada em 2011. Ocorre toda quarta das 5hrs às 10hrs, atualmente dividem o espaço com participantes da Associação Terra e Vida que é uma associação de desenvolvimento agroecológico atuante no estado de Pernambuco. Já a feira de São Lourenço da Mata fica localizada na Praça do Canhão e é constituída por apenas uma família do assentamento Chico Mendes III. Finalizando, a Feira de Camaragibe é a mais recente, tendo iniciado as atividades em dezembro de 2017 no parque municipal da cidade. Conta com agricultores e agricultoras do Chico Mendes III, Condor e Cabo Gato, funcionando das 5hrs às 11hrs. Não se tem um número fixo de famílias que trabalham na feira, visto que, vários assentados e assentadas colaboram levando a produção de outras famílias.

Figura 10 – Feira Agroecológica de Camaragibe

Fonte: MELO, 2017.

Dessa forma essas feiras permitem uma interação de quem produz com quem consome, Isabel relatou que considera muito importante o espaço da feira porque permite que esses consumidores, que estão ali semanalmente, tenham uma relação

com os agricultores e agricultoras, sabendo, concretamente, de onde vem o alimento exposto na feira. Sobre isso Edvaldo complementa:

> ‘’A feira é minha sobrevivência hoje. Sem contar que a gente faz o interativo entre a cidade o campo. O que falta é o povo que vive na cidade valorizar esses alimentos que não tem veneno‘’ (Agricultor, 2017)

Quanto a organização do assentamento Chico Mendes III, este conta com duas associações. Inicialmente foi fundada pela assentada Enilda uma única associação para o assentamento Chico Mendes III, como forma de facilitar a articulação e comunicação com a prefeitura de São Lourenço. Porém haviam diversas dificuldades, visto que a associação só era ligada a um único município, deixando a parte alta, localizada em Paudalho, a mercê sem qualquer possibilidade de apoio municipal. Dessa forma, em 2015 é fundada a associação da parte alta do assentamento Chico Mendes III. Podemos observar que é bastante significativo o protagonismo das mulheres que presidem as duas associações do assentamento, além de outras companheiras que cuidam da casa, dos filhos, dos animais, plantam, colhem e ainda vão vender seus produtos na feira. Dona Maria, atual presidenta da associação da parte alta, retrata sua experiência:

> ‘’Pra gente formar essa associação foi tão difícil. Nossa associação era lá embaixo fundada pela companheira Neném (Enilda), porém a gente tinha muita dificuldade de registrar as coisas. Como que podia uma pessoa morar em Paudalho com os dados da associação de São Lourenço? Daí a gente quis criar outra associação para tentar pressionar a prefeitura e nos ajudar aqui. (Agricultora, 2017)‘’

Atualmente, são realizadas reuniões mensais em cada associação para discutir assuntos pertinentes ao assentamento. As reuniões são feitas nas escolas e boa parte dos assentados participam. Conforme CHAGAS (2016) contextualiza, a outra forma de organização encontrada no assentamento são os núcleos familiares. O Chico Mendes III conta com 5 núcleos, cada núcleo apresenta 11 famílias, 3 em São Lourenço e 2 em Paudalho. Os núcleos são formações que tem por finalidade organizar os bens coletivos, como, por exemplo, organizar a estrada, organizar a entrada do assentamento e diversas outras finalidades.

Figura 11 - Local de reunião da parte alta (à esquerda), Local de reunião da parte baixa (à direita).

Fonte: MELO, 2017.

As famílias continuam vinculadas ao MST, assim essas pessoas continuam atuando nas atividades estaduais de organização. Participam de ocupações, de reuniões e de encontros promovidos pelo movimento sem-terra. Compreende-se, portanto, o MST como uma categoria política, na qual mesmo com a posse da terra, essas pessoas continuam lutando para garantir que todas famílias sem terra possam acessar a terra, a moradia e o cultivo em outras terras.

Todos assentados e assentadas entrevistados relataram que a maior dificuldade para a continuação dos cultivos agroecológicos está relacionada à falta de água. Dona Edite mencionou que a partir de março de 2017 sua cacimba reduziu o volume de água pela metade. Complementa ressaltando que tinham uma cacimba que foi reaproveitada do antigo Engenho São João, e desde que a terra foi ocupada, a cacimba secou pela primeira vez no ano de 2017. Chama atenção que dois rios passam próximo do assentamento o rio Goitá e o rio Tapacurá, porém, a maioria das familias que lá vivem não possuem água à disposição. Dona Marlene ainda complementa falando que ‘’Sem água é dificíl, plantar, colher e viver. ’’

Figura 12 - Cacimba reaproveitada do antigo Engenho São João.

Fonte: MELO, 2017.

A conquista da terra permitiu construir uma vida no presente com condições de vida na terra melhores que a condição de trabalhador na cana de açucar, apesar dos desafios de se construir uma outra agricultura, aponta para um horizonte de conquistas no futuro. A partir da conquista da terra e da recuperação da terra pelo campesinato conjugado à perspectiva da Agroecologia é possível traçar caminhos de fortalecimento da resistência e da permanência na terra dessas famílias camponesas.

CONCLUSÕES

Percebe-se que esse modelo excludente de agricultura continua presente nos dias atuais gerando diversos problemas sociais, políticos e ambientais como desemprego, exploração, uso degradante dos bens naturais e, principalmente, a expulsão e expropriação dos sujeitos que historicamente vêm usando a terra como modo de vida e de trabalho, como é o caso dos camponeses. Essa série de problemas foram e ainda são vivenciados por diversos camponeses da zona da mata de Pernambuco, a exemplo dos assentados e assentadas do Chico Mendes 3.

Diante disso observa-se duas realidades antagônicas nessa região, de um lado a ‘’racionalidade do capital’’, centrada no lucro, nos grandes latifúndios (BRANDÃO, 2007) e no monocultivo da cana de açúcar; e do outro, os expoentes de uma racionalidade ambiental, associada ao paradigma agroecológico (LEFF, 2002). Nota-se, por exemplo, de um lado a intensificação do domínio do capital sobre o campo com a implementação das sementes híbridas e transgênicas, reduzindo a diversidade das sementes e deixando o agricultor ‘’refém’’ desse modelo de desenvolvimento. Por outro lado, observa-se no assentamento as práticas agroecológicas como importante estratégia de enfrentamento dessa ‘’agricultura moderna’’, visto que promove autonomia, soberania e segurança alimentar e nutricional.

Foi perceptível que a produção de cana domina a região, porém as práticas agroecológicas vêm buscando ampliar os espaços da zona da mata pernambucana. Neste sentido, o assentamento estudado mostrou-se um exemplo de resistência, visto que as práticas agroecológicas não cessaram em meio aos desafios cotidianos. A parceria com a Universidade mostrou-se como elemento apoiador fundamental para incentivo e fortalecimento das práticas agroecológicas já existentes. apoiador

O processo hoje deu condição de permanência na terra e trouxe outro tipo de vida que aborda um ganho em relação à produção, à tranquilidade na terra, à segurança alimentar, e à autonomia em relação as decisões do que fazer, tanto do que plantar quanto de como organizar as moradias e o território.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. El Agroecosistema: Determinantes, Recursos, Procesos, y Sustentabilidad. In: Agroecología**: Bases científicas para una agricultura sustentable.** Montevideo: Editorial Nordan–Comunidad, 1999. p.37-70.

_____, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 1998

BÚRIGO, A. C.; CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. da S.; FRIEDRICH, K.; RIGOTTO, R. M. (orgs.). **DôssieAbrasco – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C.. **A Pesquisa Participante: um momento de educação popular**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, jan./dez. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan/mar de 2000.

CARDOSO, I. **Entrevista concedida a X Congresso Brasileiro de Agroecologia** . Brasília, 2017.

CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madri: Mundi-Prensa, 2000

CHAGAS, I. A. Dissertação: **Transição agroecológica em assentamento rural: uma experiência dos assentados de Chico Mendes III em São Lourenço da Mata e Paudalho, Pernambuco.** João Pessoa, PB, 2016.

COLETTI, C. **A Trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal.** 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**.316p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.92)

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. (org). **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular. São Paulo. 2008. p. 273-301.

_____. **A Formação do MST no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Vozes, 2000

FORUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. **Reforma agrária para democratizar o acesso à terra.** Mimeo, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre, Editora: UFRGS, 2000.

GONÇALVES, C. W. **A geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In**: OLIVEIRA, Ariovaldo U., MARQUES, Marta I. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

HARDT, M. e NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2006.

HECHT, S. **"A Evolução Do Pensamento Agroecológico"**, em Revista Agroecologia e Desenvolvimento CLADES (Rio de Janeiro) Ano I, N° 1, Ago, 1993.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/ . Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

JUNIOR, A. T. **Questão agrária, luta de classes e trabalho no Brasil (diálogo polêmico e necessário)**. Revista Pegada vol. 16, n. 2; São Paulo: UNESP, 2015.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LUZZI, N. **O debate Agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** Rio de Janeiro, Cpda/UFRRJ, Tese de Doutorado. 2007.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia.** Contribuição para um mundo com alimentos sem venenos. 2° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MACHADO, R. C. V. **MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).** Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 25 de dezembro de 2017

MEIRELLES, L. **Soberania Alimentar e a construção de mercados locais para produtos da Agricultura Familiar.** CENTRO ECOLÓGICO. V. 1, n° 1, p. 1-4, out. 2008.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Revista Nera, Presidente Prudente, ano 9, n.8, pp.151-172, janeiro/junho 2006.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **A história da luta pela terra.** s.d. Disponível em: <http://www.mst.org.br/> Acesso em 15 de dezembro de 2017.

NICHOLLS, C. et al; **Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas.** Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia. Cadernos para debate, n.02, Jan. 2015

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed – São Paulo; Contexto, 2001.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

PEREIRA, M. C. de B. **A experiência da perspectiva da Agroecologia na formação universitária.** Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007, pp. 1758-1760.

_____. **Revolução Verde.** ***In***: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo;Frigotto, Gaudêncio (ORGS.). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 685-689 pp.

ROSA, M. C. **O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco.** Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2004.

SCHIMITT, C. J. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira.** In: SAUER, Sergio. BALESTRO, Moisés Villamil

(orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo. Expressão popular. 2009.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo, Gaia, 2003.

SILVA, A. D. da. **Da tecnologia alternativa à agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede.** In: LIMA, J. R. T. (Org.). Agroecologia e movimento sociais. Recife: Bagaço, 2011.

STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2016. 362p.

_____. **Brasil: A quem interessa o modelo agrícola do agronegócio?** Disponível na Internet via https://resistir.info/brasil/stedile_agronegocio.html. 2004 Arquivo capturado em 15 de novembro de 2017.

WEZEL, A. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice.** A review. Agronomy for Sustainable Development. v.29. n. 4. Germany: Springer Verlag, 2009

.

APÊNDICE

Roteiro semi estruturado
(Perguntas norteadoras)

Para os(as) assentados(as):

- O que é agroecologia pra você?
- Você produz agroecologicamente?
- O que você planta?
- Você trabalha em alguma feira? Qual?
- Qual a importância da feira pra você?
- Qual a maior dificuldade para continuidade da agroecologia?
- Qual sua relação com o MST?
- Como foi o processo de conquista do assentamento?
- Você gosta de viver no assentamento?

Para a presidente da associação:

- Como foi o processo de luta para conquista do assentamento?
- Como surgiu a associação?
- Quando e como são feitas as reuniões?
- Qual papel da associação?